

O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO HOSPITALAR: AVANÇOS E DILEMAS

LIMA, Carmem Lucia O Nascimento¹
Carmemlima93@hotmail.com

DOMINSCHEK, Desiré Luciane.²
desire.D@uninter.com.br

RESUMO

Com o crescimento das cidades, com o surgimento da globalização e os avanços das tecnologias a educação formal obrigou – se a expandir – se para outros ambientes. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é de mostrar a relevância da Educação Hospitalar para crianças e adolescentes internados para que eles não percam e tenham continuidade aos seus estudos, por isso, é imprescindível a presença de um pedagogo nesse ambiente. Portanto, o pedagogo se faz necessário em todos os espaços onde exista educação. Esse estudo de abordagem qualitativa e bibliográfica se pautou em artigos, livros e periódicos que contribuíram de forma significativa para nossas análises. A pedagogia Hospitalar é uma modalidade da Educação Especial Inclusiva e nosso principal intuito com esta pesquisa foi divulgar e explorar este espaço formativo como atividade do professor e do pedagogo, para tanto destacamos às leis que amparam os pequenos cidadãos que necessitam deste processo formativo para continuidade de seus estudos. Concluímos que através das práticas educativas lúdicas, e adaptações e flexibilizações o pedagogo hospitalar humaniza o hospital, contribuindo para amenizar o sofrimento e a ansiedade da criança, adolescente e seus familiares.

Palavras-chave: Educação hospitalar. Humanização. Pedagogo. Pedagogia Hospitalar. Processo de Ensino – aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar sobre a educação hospitalar, sua realidade e necessidade para apoio as atividades formais na educação escolar.

¹Aluna do curso de Pedagogia

² Professora orientadora.

Compreende-se a importância da pedagogia para a educação no processo de ensino – aprendizagem. A educação é o agente de transformação do indivíduo e o pedagogo é o responsável pela disseminação do conhecimento por meio de suas ações e práticas. Nos tempos passados, o pedagogo atuava só no espaço escolar, a qual chamamos de educação formal, mas atualmente, com o crescimento das cidades e a globalização, esse espaço precisou expandir-se e a educação foi para além do muro da escola. O pedagogo ganhou novos espaços para atuar como hospitais, empresas, presídios, ongs, entre outros, esses são os espaços não-formal que o pedagogo pode trabalhar. Segundo as autoras Dias e Diniz, (2002), “O papel do pedagogo é de extrema importância em um espaço não-escolar, sendo capacitado para desempenhar uma função de mediador e articulador da aprendizagem em uma organização.” (p.2).

A Pedagogia Hospitalar é uma modalidade da educação inclusiva dentro do ambiente hospitalar, o pedagogo vai atender crianças e adolescentes, que estão com alguma patologia e que precisam ficar internada, a dar continuidade a seus estudos. Desse modo, o pedagogo hospitalar entra em contato com a escola de origem do aluno, para saber onde ele parou as atividades e dessa forma, elabora ações e práticas para aplicar, respeitando as condições que ele se encontra. Sendo assim, essas crianças e adolescentes terão condições de voltar a realizar suas atividades escolares sem grandes perdas após alta hospitalar.

Devido à importância de levar a educação para dentro do ambiente hospitalar com o intuito de sanar as dificuldades apresentadas de crianças e adolescentes internadas para tratamento de saúde. O tema a ser desenvolvido levanta a seguinte problemática: De que forma a pedagogia hospitalar pode transformar o ambiente hospitalar favorecendo a humanização? Visando suprir as dificuldades apresentadas.

A cada época, a cada contexto histórico, crianças e adolescente foram conquistando espaço e hoje por meio de estudos realizados por teóricos da educação, elas começam a serem vistas como seres especiais, muito se tem avançado sobre a concepção de infância. Atualmente, há uma crescente preocupação quanto ao bem estar físico, psicológico e mental da criança. Por

conta disso, tem várias leis que as protegem como o ECA, a LDB Constituição Federal.

Assim demarcaram-se os seguintes objetivos da pesquisa: O objetivo geral da presente pesquisa é compreender o papel do pedagogo em ambiente não escolar e sua significativa contribuição para a humanização na Pedagogia Hospitalar. Mas, para ter uma resposta mais eficiente para esse objetivo geral, elaborou-se os seguintes objetivos específicos: Descrever e contextualizar a origem da pedagogia Hospitalar no Brasil. Compreender a Pedagogia Hospitalar e a sua relação com a educação formal. Identificar quais são os desafios enfrentados pelos pedagogos, a partir de experiências concretas. A pesquisa de abordagem qualitativa apresenta um estudo bibliográfico juntamente com uma pesquisa de campo no Hospital Pequeno Príncipe e no Hospital Angelina Caron. O primeiro atende exclusivamente crianças e o outro é um hospital geral.

Optei por escrever sobre esse tema, pois eu trabalho na área da saúde, em um hospital, e por trabalhar neste ambiente, observei a necessidade de acolhimento e mais humanização, tanto para as crianças internadas, quanto para seus familiares, que de certa forma também ficam fragilizados. A função desse estudo é de buscar formas que venham a contribuir com o pedagogo hospitalar, para que ele possa interagir, intervir e como fazer para elaborar práticas de ação pensando na humanização, na socialização visando a recuperação e proporcionando meios para que aprendizagem aconteça.

A educação formal e não formal em espaços possíveis de atuação do pedagogo.

Quando pensamos em educação logo vem a nossa mente uma sala de aula cheia de crianças, mas olhando por outro viés, sabemos também que tudo está em constante transformação, com a educação não é diferente. As cidades foram crescendo com elas chegou à globalização, as tecnologias, as escolas ficaram pequenas mediante a essas transformações, precisando assim, ultrapassar o muro da escola, e espalhou-se por outros espaços, assim sendo, dividiu-se em espaço formal e espaço não formal de educação. Segundo a autora Gohn, (2006). “A educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente”. (p.3).

A aprendizagem nos acompanha desde que nascemos até o final da nossa vida, os primeiros ensinamentos acontecem com os pais, com a família, depois o próximo local de aquisição do saber é a escola. A essa educação damos o nome de Educação Formal, que é aquela educação que aprendemos em uma instituição escolar, em uma sala de aula com lousa, giz e livros didáticos é nessa instituição que nos capacitamos, que nos qualificamos, adquirimos habilidades e competências e recebemos certificações, e as aulas são ministradas por professores especializados.

Gohn, (2006), salienta ainda que, na educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais.

Na educação formal espera-se, sobretudo que haja uma aprendizagem efetiva (que, infelizmente nem sempre ocorre), além da certificação e titulação que capacitam os indivíduos a seguir para graus mais avançados. (GOHN, 2006, p.4).

A educação formal é uma obrigatoriedade, os pais devem matricular seus filhos na escola mais próxima de suas casas. A educação é um direito da criança e dever do Estado e da família. Na educação existem leis e diretrizes que regem o ensino em todas as escolas do país.

Conforme destaca Gohn (2006) “educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.”

A educação não formal não pode ser desvinculada da educação formal, elas andam de mãos dadas. A educação não formal acontece em espaços como centros culturais, museus de ciências e tecnologias, zoológicos, parques, Jardim Botânico, entre outros. Em alguns desses espaços tem pessoas especializada (monitores) para conversar com os alunos. Os espaços são uma extensão da escola, visa oferecer aos educandos novas experiências que serão adquiridas a partir das observações e que se transformam em conhecimentos. esses trabalhos em campo são ferramentas importante que auxiliam os professores a fundamentarem os conteúdos dados na sala de aula, eles aprendem, fazem associações, interagem um com os outros, agregam novos conhecimentos de forma mais interessante e diferente do habitual. Os alunos têm a oportunidade

de conhecer acervos que não tem na escola e que só veem em livros e em vídeos. Porque, muitas vezes, a escola não dispõe de infraestrutura adequada para ter espaços educativos como esses que são oferecidos fora da escola. No documento da LDB está escrito, quando estabeleceu os princípios e os fins da educação Nacional, ela sugere que as escolas coloquem em seus currículos ações pedagógicas realizadas em espaços extraescolares que beneficie tanto a educação básica quanto o ensino superior.

[...] Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) (GOHN, 2006, p.3).

As atividades pedagógicas extraclasse desperta o interesse dos alunos, suas curiosidades. Eles exploram os locais, e dependendo do espaço os alunos podem colocar a mão na massa, fazendo alguns experimentos. Essas atividades contribuem para a qualidade da educação. O professor realiza uma aula, fazendo descrições sobre o espaço da visita para que os alunos tenham um conhecimento prévio sobre o assunto, antecedendo o dia da visitação. Dessa forma, posteriormente, o professor organiza uma nova aula, e em uma roda de conversa explora os novos conhecimentos adquiridos por eles. O educador consegue visualizar o quanto os alunos estão motivados, porque demonstram interesse pelo assunto e a aula flui.

A educação não- formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. (GOHN,2006, p.3).

Para Gohn (2006) o objetivo da educação não formal é trabalhar de uma maneira diferente contextualizada e interdisciplinar, procura desenvolver o ser humano de forma integral, preocupando-se com o lado humano do ser, e não só com o intelecto. Portanto, o ensino é regulamentado. Porém, neste modelo, não é fornecido certificação. A educação não formal tem intencionalidade no processo de ensino-aprendizagem, há um planejamento a ser seguido, a didática aplicada parte em observar e trabalhar as experiências de vida trazidas pelos alunos, são as vivências do mundo exterior, cotidiano e dos valores que defendem, e assim transformá-las em saberes científicos.

A educação, como fator de equalização social, será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. A educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribui para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam diferenças de quaisquer tipos, aceitem – se mutuamente e respeitem – se na sua individualidade específica. (SAVIANI,1983, p.20).

O ser humano está sempre buscando por alguma coisa ou procurando explicação para algo, pois, estão em constantes evolução. Considerando esta questão, podemos citar três concepções: a essencialista, a naturalista e a histórico-sociais. (PEREIRA, 2018, p.22-26). Todas essas visões estão conectadas com a educação. Perpassaram os séculos e permanecem até os dias de hoje trazendo suas contribuições para as práticas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem que é imprescindível para a vivência em sociedade. Conforme é destacado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

No Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB,2017, p.8).

Para os autores Batilani, Gasparin (2015)

É a partir do indivíduo singular que a educação escolar passa a exercer a sua função social de forma efetiva, isto é, quando o seu trabalho, que se faz por meio do conhecimento sistematizado e, em consequência, requer determinado conteúdo científico, cultural, econômico, lúdico, etc. proporciona que o aluno torne - se consciente dos seus atos. (BATILANI, GASPARIN, 2015, p.6).

A escola é um espaço de troca de informações é nela que ocorre a educação formal, há uma interação entre a pessoa que ensina e a pessoa que aprende. Sendo assim, a escola e a educação servem para desenvolver o indivíduo de forma integral que deve acontecer por meios das práticas educativas, que vão de acordo com o sistema de ensino da instituição e conforme a legislação vigente e diretrizes.

A escola caminha conforme o contexto histórico de sua época e age também, de acordo com o local de onde está inserida. Ela não trabalha só conteúdos, procura trabalhar o aluno em outros aspectos.

No contexto atual, a escola, a educação estão pautadas no respeito, no trabalho em conjunto, nas ações conjuntas, deve ser realizado de forma democrática. Desse modo, toda a equipe multifuncional da escola deve estar articulada, devem ter uma formação continuada para poder oferecer uma educação de qualidade para os educandos.

As transformações ocorrem quando os alunos unem os aprendizados que já possuíam com os aprendizados novos, eles elevam o nível de instrução. Isso ocorre por meio do processo de ensino aprendizagem. Portanto, vai depender de como o professor irá transmitir essas informações, se vai ser de forma esclarecida, de forma problematizada ou de uma forma mais ampla. O importante de tudo é que independente de abordagens, métodos, ou/e modos de ensinar, que nesse conjunto de fórmulas os alunos saiam da aula com um aprendizado novo, só assim, o objetivo será alcançado.

Assim sendo, o papel da escola, de um modo geral, é social, legal e político, ela tem a função de preparar o indivíduo para viver em sociedade, deve ensinar cultura, crenças e símbolos etc. Sendo assim, é um espaço de aprendizagem. Um dos grandes desafios da escola é de desenvolver, a partir de suas práticas pedagógicas, ambientes que promovam experiências para criar seres que sejam autônomos, emancipados, transformados, críticos, que tenham liberdade para se expressar, que encontre seu lugar no mundo enquanto cidadão que possui direitos e deveres. Nesse sentido, a escola deve trabalhar em conjunto com a comunidade, assumindo uma gestão democrática. Assim sendo, o professor é uma peça fundamental para que todas essas questões sejam, de fato, revolucionárias.

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende. Porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso, a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular. (SAVIANI,1983, p.52).

A escola é um local onde aprendemos à democracia, ou seja, aprendemos que temos direitos e conseqüentemente deveres também, é onde aprendemos viver melhor com nossos semelhantes, onde o respeito deve estar

presente o tempo todo, para a partir daí os indivíduos saibam que cada um tem sua maneira de pensar e que essas diversas maneiras de pensar não estão erradas e, que é necessário que sejam assim, pois, é dessa forma que as coisas avançam. O respeito às diferenças vem quando a escola não elimina os métodos existente, mas sim, quando ela retira o que eles têm de melhor e aplica na sala de aula. Assim sendo, os educandos serão moldados, conduzidos, orientados e automaticamente aprenderão a viver e a contribuir com a sociedade ao seu redor. Podendo assim, formar uma comunidade menos desigual, que acredita – se encontrar na educação pois só ela possui esse poder.

A trajetória histórica do Curso de Pedagogia

O curso de pedagogia estabeleceu – se no Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia, divididas em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. Em 1939, sob o Parecer CNE/CP Nº 5/2005 e através do decreto – lei Nº 1190/39. Nesta época, o estudante do curso de pedagogia estudava três anos e se tornava um bacharel, estudava mais um ano de Didática, tornava – se um licenciado, esse modelo era chamado de esquema “3+1”.

O curso já mostrava o vasto campo de atuação do pedagogo, o que tornou – se um problema para o reconhecimento desse profissional. Esse esquema foi seguido até 1961, quando aconteceu a primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Nº 4.024/61, foi introduzido os “Currículos mínimos” para o curso de pedagogia e para vários outros cursos também. Logo, o parecer CFE Nº 251/62 criado por Valmir Chagas, foi realizado uma reformulação no currículo do Curso de Pedagogia que está vigente até hoje no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9.394/96) traz as competências da formação do Pedagogo para o exercício da profissão, segundo o Documento da Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (DOMINSCHKEK, WALOSKI, 2013)

TÍTULO VI – Dos Profissionais da Educação Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação,

portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (LDB, 2017, p.41,42,43).

Levando em conta que, o aluno que se forma no Curso de Licenciatura em Pedagogia está habilitado para atuar no Ensino Infantil e nas primeiras séries do Ensino Fundamental, considerando que ele continuará realizando seus estudos. Nesse sentido, abrirão – se também, um leque de possibilidades de outros lugares possíveis de atuação do pedagogo. Onde ele terá muitos desafios pela frente, pois terá sobre sua responsabilidade o desenvolvimento do educando para viver em sociedade. segundo as autoras Dominschek, Waloski (2013)

O pedagogo escolar é o profissional que atua na escola como responsável pela organização do trabalho pedagógico, ou seja, ele é o sujeito que tem a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade. Para isso, exerce várias funções de modo a garantir a eficácia de seu trabalho, assim como assegurar que a escola cumpra com o seu papel social. (p. 2).

Assim sendo, os trabalhos realizados nas escolas pelos pedagogos estão tendo grandes relevâncias, ainda mais, quando vem acompanhado com o envolvimento de outros educadores que em conjunto colocam suas práticas e intenções em ação. Nesse contexto, o pedagogo terá como se guiar pelo PPP, que ali naquele momento será o seu companheiro mais próximo, porque, a escola não é como outros ambientes onde há uma integração, na escola o profissional chega e é apresentado para ele a sala de aula. Portanto, com a análise deste documento o pedagogo vai conseguir realizar suas atividades. Claro que haverá erros, mas com o trabalho do dia a dia, com a interação com outros profissionais, com o aprendizado que vai adquirindo no decorrer da jornada de trabalho, é possível realizar um bom trabalho. Para as autoras Dominschek e Waloski (2013)

É difícil enumerar e assegurar quais as atribuições do pedagogo escolar dentro de uma instituição. Seu trabalho é desenvolvido de acordo com a realidade que o cerca e, assim, ele elege necessidades

e organiza o seu trabalho de modo a garantir a eficácia do processo ensino-aprendizagem. (P.17)

Trata-se de um planejamento constante e com a participação de todos em vista de transformar a realidade, ou seja, em busca de mudanças. A partir da análise reflexiva da prática toda a comunidade escolar, sobretudo os professores, administradores e pedagogos analisam em conjunto quais as necessidades da instituição e planejam o futuro com soluções viáveis ao seu contexto.

O Projeto Político Pedagógico é um documento que orienta, ele é a identidade da escola, deve ser elaborado por toda a comunidade escolar, tem por finalidade de atender e incluir todos os educandos que moram no entorno da escola. Desse modo, é papel do professor colocar nesse documento ações intencionais que sejam claras, que tenham metas que beneficie todos os alunos.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, em seu Art.14, deixa claro que o pedagogo deve contribuir para que a gestão democrática seja de fato, efetivada. De acordo com o Documento da Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (2017) os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Dias e Diniz Salientam

As mudanças das reformas dos anos 80 e 90 apresentam novos desafios para o curso de Pedagogia e percebe-se que estas alterações legais associadas às transformações e cobranças sociais fizeram com que, a atuação do Pedagogo, superasse as fronteiras das escolas e cargos executivos (ministério, secretarias e diretorias) e tal profissional passa a trabalhar em outras instituições, mesmo porque as transformações ocorridas no currículo da Pedagogia o embasam para tal exercício. (2002,p.8)

A educação não formal ganhou novos ambientes e o pedagogo ganhou novos espaços para atuar, entre esses espaços se encontra a Pedagogia Hospitalar, que é o objetivo desse estudo. Ela é uma modalidade da educação inclusiva, que atende crianças e adolescentes que estão internados por causa de alguma patologia crônica ou aguda, a dar continuidade aos estudos. Desse

modo, o pedagogo hospitalar entra em contato com a escola de origem do educando para saber do conteúdo que está sendo ministrado e a partir daí, elabora atividades para aplicá-las, sempre respeitando as condições que o hospitalizado se encontra.

A pedagogia Hospitalar

A Pedagogia Hospitalar teve início em Paris, em 1935. Criado pelo Henri Sellier para dar atendimento educacional a crianças doentes/hospitalizadas, ele levou essa ideia para outros países que seguiram seu exemplo. A segunda Guerra Mundial foi um grande marco na implantação de escolas em hospital, devido ao número significativo de crianças e adolescentes que foram atingidos, mutilados. Assim sendo, ficaram sem condições de frequentar à escola. Em 1939 é criado o C.N.E.F.E.I Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância inadaptadas de Suresnes uma cidadezinha de Paris, o intuito era a formação de professores para trabalhar em institutos especiais e em hospitais, objetivo é mostrar que há educação além do muro da escola. Neste mesmo ano, foi criado o Cargo de professor Hospitalar junto ao ministério na França. Aqui no Brasil, o primeiro atendimento aconteceu no Hospital Jesus no Rio de Janeiro. (ESTEVEES, 2008, p.2)³

Para Andrade (2013). “Humanizar a Educação e a Saúde é uma temática relevante na atualidade, principalmente quando nós direcionamos para o contexto da infância” (p.23). A finalidade da pedagogia hospitalar é de dar assistência fazendo cumprir seus direitos de cidadãos. Sendo assim, essas crianças e adolescentes terão condições de voltar a realizar suas atividades escolares sem grandes perdas após alta hospitalar.

Educação hospitalar e legislação

Nesse sentido, a Pedagogia é um campo do conhecimento que trabalha o desenvolvimento do indivíduo na sua totalidade, assim sendo, todos têm direito a uma educação de qualidade sem qualquer tipo de exclusão. Para garantia desse direito, foram criados documentos de caráter legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB, Lei 9.394/96, que traz o Curso de

³ Ver: <https://docplayer.com.br/1882530-Pedagogia-hospitalar-um-breve-historico.html>

Pedagogia como um dos pontos enfatizados, que é a formação de docentes para a Educação Especial. Através do Inciso III do Artigo 59, a Lei determina que os sistemas de ensino garantam atendimento especializado aos alunos com necessidades especiais. O qual exige um profissional capacitado, com formação especializada, além, do curso de graduação de licenciatura em Pedagogia. Dessa forma, o profissional adquire mais conhecimento, fica melhor preparado e mais seguro para desempenhar suas funções educativas.

os meios legais aconteceram através do Estatuto da Criança e do Adolescente Hospitalizado sob à Resolução Nº. 41 de outubro de 1995, no item 9, diz, que crianças e adolescentes têm direitos de serem acompanhadas pela Classe Hospitalar durante a hospitalização.

Nesse sentido, encontram também, amparo nas Leis vigentes: Constituição Federal de 1988, assegura a população brasileira os seguintes direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e aos desamparados. As crianças e adolescentes são protegidos por mais seis direitos, são eles: à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e à convivência comunitária. Segundo a constituição de 88, este conjunto de direitos deve ser compartilhado com à família, à sociedade e ao Estado. Já o Estatuto da criança e do adolescente (ECA), foi criado pela Lei 8.069, sancionada em 13/07/1990, ela se tornou um marco legislativo no país, onde garante que crianças e adolescentes têm direito à cidadania e proteção social. O ECA, considera criança (0 a 12 anos) e adolescentes (12 a 18 anos), portanto, todos passíveis de cuidados, a fim de lhes garantir o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, devem ter liberdade e dignidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação - (LDB) é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, ela reafirma o direito à educação desde a educação básica até o ensino superior. A Educação básica é compreendida de 0 a 17 anos de idade, é ofertada em toda a rede pública do Estado brasileiro gratuitamente. A Lei 13.716, de 2018, está lei foi acrescentada no texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ela assegura o direito de crianças e adolescentes da educação básica internados por tempo prolongado a dar

continuidade aos estudos, seja, no hospital ou em domicílio, receberão atendimento educacional. A Ementa: altera a Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Portanto, ela entra na modalidade de educação inclusiva. O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 26/06/2014, abrange crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, desde o ensino infantil até o ensino superior, estabelece metas, diretrizes e estratégias para elevar a qualidade do ensino. Muitas vezes, estas leis não são seguidas na íntegra. (ANDRADE, SILVA, 2013).

Dessa maneira, apesar das crianças e adolescentes terem direitos garantidos por lei, ainda tem hospitais que não dispõem de atendimento pedagógico pela classe hospitalar. Geralmente, as crianças ficam traumatizadas com o fato de estarem doentes e hospitalizadas, mesmo acompanhadas de seus familiares, pois o hospital é um lugar angustiante e elas sabem que vão passar por procedimentos dolorosos. Neste sentido, a classe hospitalar e a equipe multiprofissional do hospital são de extrema importância para o desenvolvimento desse trabalho, que com certeza ajudará amenizar a dor e as angústias.

O brincar no hospital passa a ser uma forma de garantir que a criança hospitalizada tenha seu direito concretizado, uma vez que se encontra num espaço diferente do vivido cotidianamente e tem uma parte de sua vida interrompida, como a escolarização, as amizades, o lar, seus brinquedos etc. Isso contribuirá para que a criança continue a desenvolver-se plenamente, concluindo as etapas da vida sem nenhum prejuízo. (ANDRADE E SILVA, 2013, p.29).

Diante disso, o Pedagogo Hospitalar deve ser especializado tem que saber trabalhar com a educação especial, é de extrema relevância que esse profissional tenha criatividade e bom senso. O ambiente hospitalar é um ambiente frio, obscuro e que não faz bem a maioria das pessoas, pensem, para uma criança sem o apoio de um pedagogo hospitalar para contornar essa situação. Muitas vezes, essas crianças e adolescentes contam só com o apoio da mãe, pois, não tem o pai por perto. As mães na maioria das vezes, tem que escolher em visitar o filho ou ir trabalhar ou, ainda ficar com filhos menores. Imaginem como abala o emocional dessas crianças, por isso, a importância de ter alguém por perto. O pedagogo é o mediador que vai fazer a ligação entre a família, profissionais de saúde e escola regular de onde a criança está afastada.

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA), reforçado pela Lei Nº 11.104 de 2005, pode-se dizer que a Pedagogia Hospitalar divide - se basicamente em duas modalidades: Classe Hospitalar, que se refere à escola no ambiente hospitalar na circunstância de internação temporária ou permanente; Brinquedoteca e Recreação Hospitalar, que se refere ao direito que a criança tem de brincar, atividade importante para o seu desenvolvimento (ANDRADE, SILVA, 2013, p 70).

Assim sendo, o atendimento assistencialista deve dar lugar a pedagogia que trata o indivíduo de forma integral, preocupando – se com um ser humano por inteiro tratando – os em todos os aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, inicialmente, as metodologias usadas seriam a bibliográfica documental e a pesquisa de Campo. Esta última não foi possível acontecer, pois estamos passando por uma pandemia e o aconselhável é o distanciamento social para evitar a disseminação do COVID-19. Portanto, toda a pesquisa foi realizada com a exploração bibliográfica documental, nesse caso, foram livros, artigos e periódicos, a pesquisa em questão é de abordagem qualitativa. Assim sendo, a pesquisa é um instrumento enriquecedor do trabalho, ela possibilita a transformação dos saberes na busca de melhoria para a prática educacional, onde podemos investigar diferentes assuntos relacionados ao contexto educacional. Para a análises dos dados foram feitos fichamentos para poder ter uma percepção melhor dos mesmos e para conseguir desenvolver a proposta e a conseguir as respostas para as possíveis hipóteses. A pesquisa de campo importantíssima nesse contexto ficará aqui como opção para a continuidade futura desse estudo.

Os autores que embasaram a fundamentação teórica desse trabalho e contribuíram de forma significativa foram: Andrade e Silva; Betilani e Gasparin; Dias e Diniz; Dominschek e Waloski; Esteves; Gohn, Moreira e Salles; Pereira; Saviani, entre outros. Com a contribuição desses autores pudemos visualizar as transformações que ocorreram na sociedade contemporânea, com o crescimento das cidades, com o surgimento da globalização e a tecnologia que chegou para facilitar nosso dia a dia. Nesse sentido, no decorrer do tempo o que

concerne à educação constatou – se que a escola ficou pequena mediante a tantas evoluções ocorridas precisando assim, ultrapassar os muros da escola, e espalhando – se para outros espaços, sendo assim, onde houver educação lá estará um pedagogo para desempenhar a função de educador. Desse modo, a educação dividiu – se em educação formal, que é aquela que aprendemos na escola em uma sala de aula, e em educação não-formal, que é a educação que aprendemos em vários espaços como: ONGs, prisões, hospitais, entre outros. Todos esses espaços são passíveis de atuação do pedagogo. A educação formal e a não-formal são inseparáveis, andam de mãos dadas. Destacou – se a importância da Pedagogia Hospitalar e do Pedagogo que atua nessa área. Destacamos que a pedagogia perpassa por onde estiver educação.

A Pedagogia Hospitalar ainda é pouco conhecida pela sociedade em geral, até mesmo, no meio acadêmico, pois há vários discentes que ainda não conhecem essa área pedagógica, que se dedica ao ensino e desenvolvimento acadêmico de crianças e adolescentes que, por motivo de doença e/ou internamento, não podem estar presentes no ambiente escolar. Infelizmente, muitas pessoas conhecem a pedagogia hospitalar por estarem com seus filhos internados em hospitais, com isso, puderam ver o trabalho do pedagogo e a importância desses profissionais para a área hospitalar. A Pedagogia Hospitalar é uma modalidade da educação inclusiva e tem como prioridade atender crianças e adolescentes que estão internados por alguma patologia crônica ou aguda, a dar continuidade aos estudos. Desse modo, o pedagogo é responsável por entrar em contato com a escola de origem do educando para saber dos conteúdos que estão sendo ministrados naquele momento, para a partir daí elaborar atividades para aplicar na prática, devendo sempre ser respeitado as condições que o hospitalizado se encontra.

A Concepção de infância mudou muito no decorrer da história, é crescente a preocupação quanto ao bem estar físico, psíquico e mental da criança, ou seja, a preocupação hoje é com o ser integral. As leis vigentes em nosso país como: a Constituição Federal, o ECA e a LDBEN trouxeram dignidade e amparo para crianças e adolescentes, pequenos cidadãos que precisam de cuidados e atenção. Apesar disso, muitos hospitais ainda não dispõem de atendimento da Classe Hospitalar, por esse motivo, precisamos continuar a luta para que, de

fato, as leis se efetivem e que todas as crianças e adolescentes possam usufruírem desse atendimento no ambiente hospitalar, sem distinção.

Geralmente, os pacientes são apenas um número a mais, é mais um para ocupar o leito que a pouco ainda estava ocupado por outro paciente, já é difícil para um adulto entender essa dinâmica, imagine para uma criança, o problema se torna ainda maior, pois além de perder várias coisas ao mesmo tempo, como por exemplo: o convívio com a família e com os amigos, a saudade da escola, de seus brinquedos, entre outras perdas, como se já não bastasse tudo isso, ainda chega no hospital e não tem a atenção necessária por parte dos profissionais da saúde. Por isso, a humanização é tão importante para o bem estar das pessoas que estão precisando dos serviços hospitalares para a recuperação da saúde. Esse é um grande desafio dos profissionais da saúde e da educação de transformar o ambiente hospitalar em um lugar onde a criança e adolescente volte a ter vontade de sonhar e que a força de vencer a doença seja maior do que qualquer outra coisa na vida. Partindo por esse viés, o tempo é preenchido por práticas educativas e outras metodologias lúdicas capazes de mesmo momentaneamente trazer esquecimento dos momentos tristes causados pelo internamento e ajudam na recuperação da saúde.

A Educação vai fazer parte desse cenário, pois, vai proporcionar entendimento para esses dilemas do cotidiano hospitalar, vai servir tanto para os profissionais da saúde, quanto para familiares e pacientes. Portanto, é um processo de aprendizagem contínuo e lento, que deve ser revisto diariamente com muita atenção, porque, estamos tratando de seres humanos que devem ser tratados com equidade conforme sua especificidade. Dessa forma, os professores da Classe Hospitalar precisam ter uma educação continuada para não ficarem ultrapassados nesse mundo globalizado, para que seus conhecimentos permaneçam vivos para suprir às necessidades que a sociedade impõe. O pedagogo hospitalar deve ficar atento quanto à flexibilização do currículo, usar materiais adaptados conforme a necessidade do aluno/paciente, trabalhar com metodologias lúdicas. Dessa forma, o objetivo será alcançado e, os educandos serão capazes de acompanhar os estudos na escola de origem sem problema algum.

Nesse contexto, o ato de humanização é um conjunto de ações usadas para melhor atender o indivíduo, que necessita dos serviços de saúde dentro do hospital, são as condições oferecidas pela instituição que devem ser as melhores para servir de forma digna todos que ali adentram. Um local acolhedor, com boa higienização e esterilização, com uma estrutura física que possa incluir a todos. O respeito, à atenção, o tratamento digno devem ser uma constante no tratamento dos pacientes que se encontram fragilizados devido a sua patologia clínica. Destacamos que, crianças e adolescentes devem ter informações precisas tanto em seu processo de aprendizagem escolar quanto a procedimentos e diagnósticos sobre a doença que a acometeu, essa maneira de humanização traz confiança e aproxima os alunos/pacientes dos profissionais de saúde, que incluem, médicos, enfermeiros, assistente sociais, psicólogos entre outros que fazem parte do tratamento e que fazem de tudo para a recuperação dos mesmos. O pedagogo hospitalar é aquele que traz, além das atividades do currículo, alegria, distração e é através dessas atividades, dessa interação que os alunos/pacientes continuam conectados com o mundo externo.

Assim sendo, consideramos que educação e saúde são indissociáveis apesar de distintos lutam juntos para a prevenção, promoção e recuperação da saúde.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elane Silva de; SILVA, Neilton da. **Pedagogia Hospitalar: fundamentos e práticas de humanização e cuidado**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2013.

BATILANI, Ítalo; GASPARIN, João Luiz. **Pedagogia Histórico – Crítica: Função Social da Educação Escolar**. Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá, dez, 2015.

DIAS, Ticiane Bomfim Menezes; DINIZ, Patrícia da Silva. **Pedagogos em espaços não-escolares**. Publicado em 2002. Site: portal.fslf.edu.br.

DOMINSCHEK, Desire Luciane; WALOSKI, Letícia. A Identidade do Pedagogo Escolar: Notas Introdutórias, **Revista Intersaberes**, Curitiba/PR, vol. 8 N^o. 16, p. 151-175, Jul – dez. 2013.

ESTEVEES, Claudia Regina. **Pedagogia Hospitalar: Um breve histórico.** Publicado em 2008. site:<https://docplayer.com.br/1882530-Pedagogia-hospitalar-um-breve-historico.html>.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio:** aval. pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro/RJ: v.14, n.50, 2006.

MOREIRA, Adriano; SALLES, Leila Maria Ferreira. O ECA e a concretização do direito à educação básica. **Revista de Educação Pública** 24 (55), 177-198, 2014

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Senado Federal**, 1ª ed. Brasília/DF, março, 2017.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Trabalho e Educação:** uma perspectiva histórica. Curitiba/PR: Intersaberes. 2018.

SANTOS, Gildenir Carolino; Passos, Rosemary; SOUZA, Rogério Gualberto. **Percursos Científicos:** guia prático para elaboração da normatização científica e orientação metodológica. Campinas/SP. Arte Escrita 2012.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Caderno de Pesquisa**, v.37, 130, p.99 – 134, jan./abril, 2007.

SANIÁVI, Dermeval. **Escola e Democracia**, 1ª Edição. Autores associados. São Paulo. SP. 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed. São Paulo/SP: Cortez. 2007.

ZOMBINI, Edson Vanderlei, et al. **Classe Hospitalar:** A articulação da saúde e educação como expressão da política de Humanização do SUS. Rio de Janeiro/RJ, 2012.